

Economista considera financiamento na habitação insuficiente

D.R.



Portugal prevê investir 1,6 mil milhões de euros na habitação

PRR A economista Ana Cordeiro Santos considerou que o financiamento previsto no Plano de Recuperação e Resiliência para a Habitação «é insuficiente» e defendeu a necessidade de regulação do valor das rendas para combater a especulação imobiliária.

A também investigadora do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra foi uma das participantes num debate “online” sobre Políticas de Habitação, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). Para Ana Cordeiro Santos o financiamento previsto no PRR para a Habitação (1,6 mil milhões de euros) «é insuficiente» e alguns dos instrumentos mobilizados «não são os mais adequados».

«Dado o nível de crise e precariedade habitacional, o investimento é claramente insuficiente, que se revela nos objectivos quantificados que ficam aquém das necessidades», lamentou. Ana Cordeiro Santos apontou também para uma «indefinição» no modo como as várias medidas irão ser implementadas e quais os agentes que as irão levar a cabo.

«Deverá evitar-se o recurso a determinadas engenharias financeiras e fiscais como meio de colmatar a insuficiência de investimento porque são ineficazes e profundamente injustas», considerou. A economista e investigadora deu como «exemplo falhado» o Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado (FNRE), criado há quatro anos com o objectivo de requalificar o património público devoluto para o disponibilizar para arrendamento acessível.

«O problema deste fundo e de outros análogos reside na impossibilidade da conciliação de dois objectivos contraditórios. O de aumentar a oferta de alojamento com rendas acessíveis, recorrendo a imóveis devolutos a necessitarem de reabilitação e que exigem avultados investimentos», apontou.

Outra crítica de Ana Cordeiro Santos foi para alguns programas de rendas acessíveis municipais que, segundo a investigadora, subsidiam os proprietários e garantem-lhes rendas próximas do mercado de arrendamento.

«Ainda que estes programas reconheçam que o mercado de arrendamento falha, ao não disponibilizar alojamentos com valores comportáveis para as famílias, estas medidas não corrigem o funcionamento deste mercado, pois assumem a diferença entre a renda paga e a acessível», observou. Nesse sentido, para Ana Cordeiro Santos o caminho passará por uma regulação do valor das rendas, como mecanismo de combate à especulação imobiliária e de facilitação no acesso à habitação.

A economista defendeu, ainda, a necessidade de articular a política de habitação com outras políticas públicas, nomeadamente a política fiscal e a eliminação dos incentivos fiscais «que promovam o investimento especulativo do imobiliário».

Portugal prevê investir 1,6 mil milhões de euros ao nível da habitação, destacando como objectivo apoiar 26.000 famílias até 2026, segundo o PRR.◀